

Políticas Públicas, Trabalho e Educação na ilha de Caratateua, periferia amazônica de Belém/PA

Public policies, work and education on Caratateua island, Amazonian periphery of Belém/PA

Recebido: 23/12/2023 | **Revisado:** 02/07/2024 | **Aceito:** 22/08/2024 | **Publicado:** 08/02/2025

Claudia dos Santos Oliveira
Universidade Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0002-5982-793X>
E-mail: clauliver2011@gmail.com

Ronaldo Marcos de Lima Araujo
Universidade Federal do Pará
<https://orcid.org/0000-0002-5982-793X>
E-mail: ronaldolimaaraujo@gmail.com

Como citar: OLIVEIRA, C. S.; ARAUJO, R. M. L. Políticas Públicas, Trabalho e Educação na ilha de Caratateua, periferia amazônica de Belém/PA. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**. [S.l.], v. 01, n. 25, p.1-17 e16590, fev. 2025. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

Resumo

Este estudo, de cunho bibliográfico, tem como objetivo traçar uma relação entre as políticas públicas de Estado, referentes ao Trabalho e à Educação considerando a história de desenvolvimento da ilha de Caratateua, Belém/PA, também conhecida popularmente como Outeiro. Este estudo confirma que a ilha, além de ter sido utilizada para hospedar imigrantes europeus, serviu e serve de espaço educacional, para o trabalho de crianças e jovens, que, devido à sua condição de pobreza, eram afastadas do convívio social. Nos dias atuais, Caratateua ainda é endereço de instituição-referência de educação para preparação de jovens em cursos de nível médio de formação para o trabalho, como técnico ambiental e recursos pesqueiro.

Palavras-chave: Política Pública; Trabalho; Educação; ilha de Caratateua.

Abstract

The aim of this bibliographic study is to trace the relationship between state public policies, labor and education, taking into account the development history of the island of Caratateua, Belém/PA, also popularly known as Outeiro. This study confirms that the island, as well as being used to house European immigrants, has served and continues to serve as an educational space for working children and young people who, due to their poverty, were kept away from social life. Nowadays, Caratateua is still home to an educational institution that prepares young people for work with high school courses such as environmental technician and fishing resources.

Keywords: Public Policy; Work; Education; Caratateua Island.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é traçar uma relação entre as políticas públicas de Estado, referente ao Trabalho e Educação a partir do desenvolvimento da ilha de Caratateua, situada no município de Belém (PA). Trata-se de um local utilizado pelos governos do Pará, no início do desenvolvimento da região metropolitana de Belém, a fim de hospedar imigrantes e instituições de educação para trabalho na agricultura de crianças, adolescentes e jovens, em situação de vulnerabilidade social, e moradia para a classe trabalhadora com ou sem emprego.

O recorte temporal inicia em 1894, com a publicação do artigo 11, da Lei n.º 223, de 30 de junho de 1894, que autorizou a introdução de imigrantes, e do Decreto n.º 131, de 10 de outubro de 1895, que aprovou o Regulamento para o serviço e funcionamento da hospedaria no ilhéu (Carvalho, 2008), até os dias atuais.

Nesse sentido, as políticas públicas são caracterizadas como “Estado em ação” (Gobert; Mullher, 2007). E nesse estudo, o termo será utilizado como a ação do Estado praticada por meio de projetos, programas, iniciativas do poder público/governo no âmbito do trabalho e educação (Höfling, 2001).

Trata-se de pesquisa de cunho bibliográfico e apresenta o desenvolvimento da ilha de Caratateua, a partir de quatro períodos de desenvolvimento, de acordo com Barbosa *et al.* (2012). O primeiro período diz que, em seus primórdios, a ilha foi habitada pelos indígenas tupi-guarani. O segundo momento versa sobre a tentativa de colonização dos espaços insulares, provocada pelo processo de expansão da agricultura no país e a oferta de educação em internato que preparava para o trabalho. A terceira etapa de desenvolvimento, que vai do início do século XX até 1980, se caracteriza pelo período de ausência de ações de governo em relação à ilha de Caratateua. No quarto período, vai de 1980, quando uma ponte é construída e se inicia o processo de intensa urbanização, com a ocupação imobiliária desordenada, até a atualidade, incluindo a construção do Centro de Referência Ambiental Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira.

Enquanto, na maioria das ilhas da região insular de Belém, houve a ocupação para cultivo de produtos agrícolas importantes para o comércio local e externo, e também para atender ao fluxo de turismo de pessoas que residiam em Belém (Dergan, 2015), observou-se, ao longo do estudo, que Caratateua, além de apresentar as mesmas características das demais ilhas, agregou a esses aspectos ações de governo, que endereçaram à ilha instituições de educação para o trabalho.

O suporte teórico que embasa o estudo está situado na teoria marxista de Karl Marx e Engels, que subsidia a compreensão do objeto a partir concepção ontológica da realidade. Isso significa “[...] reconhecer que o indivíduo e as múltiplas dimensões da vida humana (família, ciência, arte, educação etc.) se constituem nas e pelas relações sociais historicamente determinadas, afirma uma ontologia social do ser humano” (Loureiro; Tozoni-Reis, 2016, p. 71). Desse modo, os fatos históricos, aqui utilizados, corroboram a compreensão de contextos dialéticos que ajudam a pensar a “conexão mútua e a interdependência entre os fenômenos” (Molodtsov, 1955, p. 51).

Ainda nesse sentido, destaca-se a categoria totalidade, que, segundo o Materialismo Histórico Dialético, permite observar a realidade a partir de múltiplas unidades, conjuntos e correlações concretas de estudos a partir dos mais diversos

graus de complexidade. A categoria totalidade não busca o conhecimento total e finito, de fundamento dialético, está em constante mudança como o próprio homem e aquilo que ele produz (Konder, 2008).

A primeira seção deste artigo destaca a conjuntura sócio-histórica, política e econômica de Belém, para ocupação da ilha de Caratateua; relaciona o crescimento abrupto da cidade de Belém com a ocupação territorial da região insular, o que hoje se entende por grande região metropolitana, e as primeiras ações do Estado para ocupação e povoamento da ilha.

Já a segunda seção retrata as quatro etapas de desenvolvimento da ilha, ao longo do tempo, relacionado às ações públicas, que resultaram em construções prediais que abrigaram trabalhadores imigrantes para a agricultura, a preparação de jovens e crianças para o trabalho na agricultura e, na atualidade, a criação do Centro de Referência em Educação Ambiental criado para ser modelo da Rede Municipal de Ensino (RME).

A terceira seção traz a reflexão sobre os resultados das ações públicas de Estado na atualidade, momento que coaduna com a transformação da ilha de balneário tranquilo em periferia amazônica, no sentido de compreender a periferia como lugar que “expressa fundamentalmente uma desigualdade na distribuição da riqueza no espaço” (D’Andrea, 2020, p. 35).

2 CONJUNTURA SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DE BELÉM QUE PRECEDE OCUPAÇÃO DA ILHA DE CARATATEUA.

Para se compreender o contexto geográfico e social da ilha de Caratateua, é necessário retratar brevemente o contexto vivenciado na cidade de Belém, da segunda metade do século XIX até o início do século seguinte. A expansão da cidade surgiu mediante as novas necessidades apontadas pelos ventos do desenvolvimentismo, que chegavam dos grandes centros urbanos do mundo para o Brasil e na região Norte, através da exploração da borracha na Amazônia.

A capital do Pará, conhecida como a metrópole da Amazônia (IBGE, 1971, p. 64), está composta por 50.582,20 hectares e 42 ilhas que ocupam 65,64% dessa área – 17.378,63 hectares – ou seja, dois terços de todo esse território. Essa região insular de Belém (PA) é composta e recortada por verdadeiras “estradas d’água”, pois, para o povo ribeirinho amazônico, rios e furos são literalmente suas ruas. Acerca dessa característica de Belém, Moreira (1989), um dos maiores estudiosos e propositivos nomes acerca desse espaço geográfico e colaborador na esfera política belenense em sua época, ressalta que:

[...] o caráter ribeirinho de Belém é enfatizado e a posiciona em articulação com outras terras por meio de hidrovias, em que pese ser considerada uma cidade isolada por vasta extensão de terra e por não dispor, até a segunda metade do século XX, de estradas nacionais que a interligassem com o centro e o sul do país (Moreira, 1989, p. 52).

Ainda hoje, Belém é reconhecida como metrópole da Amazônia, por concentrar grande polo econômico, político, social e cultural e por ser importante porta de entrada para acesso ao interior da região Norte, pela grande extensão de seus rios navegáveis ou suas estradas, que ligam a região ao restante do país (ver Figura 1).

Figura 1: Região Insular de Belém.



Fonte: Site www.florestaaguadonorte.com.br

Ao final do século XIX, Belém passa por um processo de avanço do sistema econômico, principalmente promovido pelo primeiro Ciclo da Borracha, que ocorre entre 1876 a 1912, na Amazônia. Naquele momento, havia uma grande demanda internacional pela borracha da Amazônia, que impulsionou a indústria automobilística e de outros maquinários, transformando o mercado americano e europeu (Bunker, 1984; Gomes, 2018).

Esse sistema de exploração proporcionou às capitais do norte do Brasil, onde se destaca Belém e Manaus, um grande desenvolvimento em todas as esferas da sociedade. Todo esse crescimento atraiu um enorme contingente de trabalhadores, de diversas regiões do país em busca de trabalho e oportunidade, o que causou um grande crescimento demográfico para a pequena extensão territorial disponível.

A disputa por localidades, ocasionada pela iniciativa privada, promoveu o deslocamento daqueles que não conseguiam manter suas moradias nas áreas concorridas da cidade. Portanto, para muitos, a alternativa foi se deslocar para o entorno da região, como ilhas, terras ao longo da saída da cidade e áreas de mata adentro. Os que permaneceram na cidade foram aglomerados nas periferias ou em áreas pouco atrativas, que configuram, até nossos dias, a grande desigualdade social. Silva (1998, p. 2) corrobora e aprofunda essa perspectiva:

A apropriação do espaço urbano, centrada na propriedade privada, na renda e no lucro, impediu as classes trabalhadoras o acesso à moradia, fazendo com que as ocupações

crescessem em Belém. Este aumento gerou um crescimento urbano acelerado, que favoreceu a acumulação e a concentração do capital, por um lado, e intensificou a exploração do trabalho, por outro, com todas as consequências sociais. Além do que, também acrescentou o crescimento das periferias.

Com a expansão territorial da área urbana de Belém, as ilhas próximas e ainda pouco urbanizadas foram opção para muitos trabalhadores com poucos recursos financeiros. Cabe destacar aqui duas questões importantes que transcendem ao período da exploração da borracha. Primeiro, a questão da exploração da Amazônia, no que tange a suas riquezas minerais e vegetais, e, segundo, as condições de vida dos trabalhadores que estão expostos a todo tipo de exploração. Sobre essa situação, Aragón (2015, p. 2) relata que:

Conclui-se que na Amazônia se processa uma intensa dinâmica demográfica onde se vivem piores condições de vida em relação aos respectivos países, fruto da exploração da região como simples fornecedora de matérias-primas, do pouco atendimento as necessidades de sua população, e da percepção da região como válvula de escape dos problemas nacionais.

É nesse contexto que nasceram as periferias amazônicas, fruto da exploração de trabalhadores para extração de produtos e outras prestações de serviço que enriquecem a poucos. A Ilha de Caratateua, não foge a essa situação, como veremos na seção seguinte.

3 ILHA DE CARATATEUA E O DESENVOLVIMENTO SÓCIO-HISTÓRICO DECORRENTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DO PARÁ E DO BRASIL

A ilha de Caratateua é também reconhecida popularmente como Outeiro, palavra de origem portuguesa que significa *pequenos morros* (Michaelis, 2022), porém, neste estudo, será utilizado seu nome de origem, Caratateua. A ilha está localizada a 35 km do centro da cidade de Belém, posicionando-se entre Icoaraci e a ilha do Mosqueiro, margeada pelas baías do Guajará e de Santo Antônio, e o furo Maguari.

A ilha de Caratateua é sede do Distrito administrativo do Outeiro - DAOUT, que é composto por 26 ilhas situadas ao centro-leste, no oeste e ao sul do município de Belém. Esta divisão administrativa, distribuída em área extensa, não resulta em atendimento e acompanhamento das necessidades das comunidades, assim como do monitoramento das atividades desenvolvidas nestas ilhas, resultando numa relação precária

com as ilhas próximas e relação quase inexistente com as ilhas ao sul do município (Belém, 2023)

Desde sua fundação, em 1893, o único meio de transporte para a ilha foi o hidroviário, pois, apenas em 1980, foi construída a Ponte Enéas Martins, que modificou profundamente o modo de vida da ilha. Segundo Barbosa *et al.* (2012, p. 30), quanto ao desenvolvimento sócio-histórico de Caratateua, há quatro períodos distintos.

O primeiro período, que vai dos primórdios da ilha até meados do século XIX, diz respeito à ocupação natural da ilha, sem a presença de ações públicas. Inicialmente foi habitada pelos indígenas tupi-guarani, que teriam nomeado a ilha de Caratateua, que significaria *lugar das grandes batatas*, mais precisamente o bairro conhecido atualmente por Itaiteua, onde dizem ter havido plantações desse tubérculo (Belém, 2023). Para além desses primeiros moradores, poucas famílias residiram de modo rudimentar e praticamente isolado, moravam em casas construídas de taipa, desenvolvendo agricultura de subsistência (Muniz, 1916; Silva, 1998).

O segundo período apontado por Barbosa (2012) versa sobre a tentativa de colonização dos espaços insulares, provocada pelo processo de expansão da agricultura no país. No âmbito nacional, a necessidade de trabalhadores, principalmente da Europa, no período entre 1889 e 1930, se deve à inserção do Brasil ao mundo da agroexportação, que, no Pará, além da produção para consumo local, se destaca o interesse internacional pelos produtos da floresta.

É neste contexto que Caratateua é escolhida como local ideal para a construção da casa de passagem para imigrantes europeus e para alguns brasileiros, resultado do projeto de parceria do governo Federal com os Estados, para políticas de povoamento e expansão da agricultura no Pará e no Brasil.

O local isolado ideal para receber os recém-chegados, de acordo Moura e Paiva (2008, p. 14): “As hospedarias localizavam-se próximas a regiões portuárias ou mesmo em ilhas; isto facilitava os trabalhos de conferência de documentação, controle médico-sanitário e de alfândega”.

A construção da casa de passagem na ilha acabou por dinamizar o processo de ocupação dos espaços (Carvalho, 2014). Tanto que, depois do uso da hospedaria na ilha, o governo criou e doou lotes às famílias de imigrantes remanescentes, contudo, poucas permaneceram no local vivendo da agricultura de subsistência.

Nesse caso, o projeto de ocupação da ilha de Caratateua, como local de produção agrícola, não foi adiante, por desconsiderar que “o homem é, é-o pelo trabalho a essência do homem é um feito humano, é um trabalho que se desenvolve, se aprofunda ao longo do tempo: é um processo histórico” (Saviani, 2007, p. 154). Expor pessoas de outra cultura, de formação histórica diferente, a um projeto de governo, de cunho apenas de desenvolvimento econômico, é transgredir a natureza histórica desse homem. Para Silva (1998, p. 88),

[...] o espaço não é um produto qualquer, mas um produto das relações concretas do homem em sociedade e com a natureza

no transcurso de seu processo de humanização. Este processo ocorre a partir da prática sócio espacial que o homem vai construindo ao longo do processo histórico.

No entanto, dois projetos foram destinados com propósitos de colonizar a ilha, a partir do antigo edifício construído para casa de passagem. A princípio, vinculados ao Núcleo Modelo de Colonização de Outeiro, por governadores que sucederam a Paes de Carvalho (Silva *et al.*, 2012). Entre 1906 e 1913, o então governador do Estado do Pará, Augusto Montenegro, e o intendente do município, Antônio Lemos, utilizaram o local para receber as crianças pobres e desvalidas, com idade de 5 a 12 anos, residentes na cidade de Belém, no Instituto Orfanológico do Outeiro, com intuito de proteção e educação na área de técnicas agrícolas, no modelo de internato. Quanto à ideologia por trás deste projeto, Pinheiro (2017, p. 8), em sua tese, identificou que:

Os enunciados discursivos dos documentos analisados apontaram que os discursos, que permeavam a assistência, proteção e educação no Instituto Orfanológico, estavam fundamentados em discursos ideológicos que confluíam para a tese de que esta instituição foi originada para ser um estabelecimento de preparação inicial de mão de obra trabalhadora, pois intencionavam inculcar nos educandos valores morais, cívicos e nacionalistas, assim como normas e condutas disciplinares e higiênicas para moldar os corpos dos meninos e se constituírem em sujeitos ordeiros, fortes e saudáveis, que eram aspectos almejados nos discursos produzidos no período republicano, onde a infância pobre era considerada como a categoria social, que deveria ser investida com fins de se tornar futuros braços fortes para atender os anseios da elite e aos princípios políticos do Estado.

O segundo projeto, o de expansão agrícola, décadas depois, durante o período conhecido como Primeira ou Velha República no Brasil, vai de 1889 a 1930; a educação, no Brasil, impulsionada por pressões nacionais e internacionais, adotou a política “[...] de formar uma nova sociedade alinhada aos princípios liberais de progresso, ordem, civilização e modernidade, refletindo as transformações pela qual passava o sistema capitalista” (Oliveira; Rocha, 2011, p.104).

A retórica acerca da educação, principalmente da educação para o trabalho, se dá fortemente a partir da fundação dos Patronatos Agrícolas, vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Tais instituições objetivavam dar conhecimento científico, através da educação técnica de agricultura racionalizada, para jovens em situação de pobreza (Oliveira, 2003, p 24).

Os jovens recrutados para esse projeto eram vítimas das péssimas condições de vida das famílias pobres que chegaram a Belém, com o intuito de melhorar de

condição econômica com o ciclo da borracha, no entanto, viviam de modo precário em baixadas alagadas e seus filhos, em grande número, perambulavam pelas ruas da cidade, o que incomodava a sociedade da época.

Além da justificativa da necessidade de formar para o trabalho, havia ainda a intenção de “tirar o jovem do analfabetismo, indigência e vagabundagem” (Oliveira, 2003, p. 27), propiciando-lhes a inserção ao mundo higienizado, das letras e da cultura, entendida pela classe dominante como opção louvável e correta. Moura (2007, p. 6) aponta que:

[...] a educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de “uma perspectiva assistencialista com o objeto de amparar os órfãos e desvalidos da sorte”, de forma a atender àqueles sem condições sociais satisfatórias, “para que não continuassem a praticar ações que estavam na contraordem [sic] dos bons costumes”.

Para Araujo (2019), Rodrigues (2006) e Saviani (2007; 2008), ao longo do tempo, com os avanços do neoliberalismo na contemporaneidade, a democracia neoliberal pode ser definida como utilitarista, quando oferta uma educação à classe subalterna que mantém as contradições e as desigualdades sociais.

Nesse contexto histórico, político e econômico, o presidente Wenceslau Braz, em 28 de fevereiro de 1918, autorizou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio a criar o curso dos Patronatos Agrícolas, no Brasil, a partir do Decreto Nº 12.893/1918, para funcionar em diversas cidades no Brasil. No Pará o local escolhido foi a Ilha de Caratateua, em 1922, no antigo prédio utilizado anteriormente para recebimento dos imigrantes europeus. Este antigo edifício, foi nomeado de Colégio Agrícola Manoel Barata, inaugurado em 1973. No entanto, em 1976, o curso dos Patronatos Agrícolas foi transferido para o município de Castanhal (PA), onde atualmente funciona o Instituto Federal do Pará.

Ao recapitular o desenvolvimento da ilha de Caratateua em seus dois primeiros períodos, percebe-se a ação do poder público no sentido de modificar o uso do território ocupado. Assim, a ilha, que era ocupada por grupos originários, indígenas e ribeirinhos, passou a ser usada com fins econômicos, sobretudo com a inserção de imigrantes de origem europeia, e com as políticas públicas da época que tornaram a ilha o principal local de formação para o trabalho agrícola para crianças e jovens pobres, formando mão de obra para o projeto vigente de expansão agrária.

Porém, a tentativa de tornar a ilha um lugar de produção de alimentos, que pudesse contribuir com a demanda da cidade, não foi adiante. Visto que implantar políticas públicas de âmbito econômico para grupos de pessoas, onde não há identidade comunitária, concepção de pertencimento, condições apropriadas de trabalho e vida entre os que ali vivem, constitui tarefa desafiadora. Portanto, sem sucesso na criação de uma colônia agrícola. Coube, então, ao governo utilizar a antiga hospedaria para recolher crianças e adolescentes no intuito de ‘educar para o trabalho’.

4 ILHA DE CARATATEUA E A NATUREZA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO AOS MOLDES DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

O terceiro período de desenvolvimento traçado por Barbosa se caracteriza pelo período de abandono do Estado em relação à ilha de Caratateua (Silva, 1998). O período é compreendido entre o início do século XX até 1980. De acordo com Kuenzer (1991, p. 8), em “[...] 1909 o governo federal criou 19 escolas profissionais de aprendizes artífices, subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio em diversas capitais do país”.

E é neste contexto que o governo do Pará é contemplado com um projeto do governo federal para cursos voltados ao trabalho agrícola, que retira parte da população jovem das ruas, afastando-a para longe da convivência da cidade, mais precisamente para a região insular de Belém. Logo, neste decurso de tempo, a única iniciava em relação à ilha foi a ocupação do primeiro prédio construído na ilha, à época da imigração de europeus para trabalhar na lavoura. Após esse período, o edifício só foi utilizado novamente entre 1973 e 1976, com o Colégio Magalhaes Barata, que ofertou cursos básicos para o trabalho agrícola desses jovens que viviam em Belém sem ocupação¹.

Não entanto, por questões de demanda de qualificação, principalmente no que se refere à indústria que apenas se desenvolveria fortemente a partir de 1940, optou-se por ofertar alguma forma de inserção dos jovens pobres ao mercado de trabalho (Cunha, 1977).

Dois fatores impactaram o modo de vida dos moradores da ilha de Caratateua ao longo do tempo. O primeiro fator foi a mudança de muitos moradores das áreas disputadas de Belém para a ilha:

[...] o aumento da demanda por moradias se torna mais séria a partir do momento em que a demanda por terras baixas (baixadas ou terrenos alagados ou alagáveis), em virtude do esgotamento das terras altas ou firme, e apropriação do espaço urbano, centrada na propriedade privada, na renda e no lucro, impediu as classes trabalhadoras ao acesso à moradia (Silva, 1998, p. 86).

A partir dessa realidade, os trabalhadores se viram obrigados a saírem das áreas centrais da cidade paraense, estabelecendo-se em ilhas próximas, como Mosqueiro, Cotijuba e, principalmente, Caratateua, por ser a mais próxima da cidade, mas também se estabeleceram em localidades como o distrito de Icoaraci e áreas na saída de Belém².

Outro fator que influenciou a permanência e subsistência desses evadidos da cidade foi o uso da ilha como balneário pela classe média de Belém, que fomentou os pequenos negócios. Esses “turistas” constituíram inclusive casas de veraneio para os

¹ O termo curso técnico de nível médio só começa a ser utilizado em 1942.

² Essa área corresponde, hoje, a um trecho próximo à rodovia BR-316.

fins de semana e o período de férias, atravessando o furo do rio Maguari por Balsa. No entanto, com o acesso da população de baixa renda, a classe média deixou de frequentar o lugar, o que impactou o comércio local negativamente.

O quarto e último período de desenvolvimento da ilha acontece a partir de 1980, com o processo de intensa urbanização, tanto pela ocupação imobiliária desordenada. Naquele momento, Caratateua atraía muitos moradores e visitantes, uns por necessidade de moradia e outros por ser o balneário mais próximo de Belém. Em tal contexto, não há relatos de ações públicas até a construção, em 1986, da ponte Enéas Martins, de 360 metros, sobre o furo do Maguari, obra executada pelo governador à época, Jader Barbalho.

A ligação entre ilha e continente trouxe, além da facilidade de transporte para a população, vários problemas de ordem social, ambiental e estrutural. Três anos após a construção da ponte, a maioria dos turistas de classe média que tinham construído casas de veraneio deixaram de frequentar a ilha, devido ao aumento de pessoas de baixa renda, provocando a diminuição na geração de renda dos moradores, que, em sua maioria, ainda hoje sobrevive do comércio.

Junto a essa questão, está a exploração indiscriminada de minérios, como a areia e a piçarra, para atender ao setor de construção civil de Belém, a derrubada da vegetação original, o aumento substancial da violência, a construção de moradias sobre igarapés e vegetação de várzea, que impactou, sobretudo em termos ambientais, a ilha (Santos *et al.*, 2007; Vasconcelos; Amaral, 2021).

Depois da construção da ponte, a população da ilha reclamava da assistência educacional na própria comunidade, pois havia grande dificuldade de locomoção de seus filhos para estudarem em Icoaraci e Belém. Nesse sentido, o prefeito Hélio Gueiros (de 1993 a 1997), que já fora senador e governador pelo estado do Pará, imbuído de referenciais de educação atrelados a normativas nacionais e internacionais, resultado de políticas públicas direcionadas aos países de terceiro mundo, pelos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) (Frigotto, 2000), criou o Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira.

Em 1996, o Congresso brasileiro aprovou a Lei Nº 9394/96, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), fio condutor do ordenamento jurídico da educação. Essa LDB minimalista, propôs a ampliação da educação básica, o combate à evasão, a inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino e, principalmente, a associação da educação para trabalho (Damasceno; Santos, 2018; Saviani, 2019). Ainda de acordo com Alves (2002), a lei aprovada foi um marco simbólico de uma guinada neoconservadora da educação no Brasil, na década de 1990, nos moldes do ideário neoliberal.

Esse projeto de educação ambiental e de educação para o trabalho, ofertado aos jovens moradores da ilha de Caratateua, na década de 1990, está embasado em um projeto nacional de educação. Segundo Frigotto (2000, p. 19), há um projeto de educação pensado e alicerçado “nas categorias sociedade do conhecimento, qualidade total, educação para competitividade, formação abstrata e polivalente, que expressam os limites das concepções do capital humano e as redefinem sob novas bases”.

Em meio a esse ambiente de concepções educacionais influenciadas, principalmente, pelos organismos internacionais e pela legislação brasileira, o prefeito Hélio Gueiros vê, na solicitação dos moradores da ilha de Caratateua através do Conselho dos Moradores das Ilhas, o CONSILHAS, a oportunidade de criar o Centro de Referência Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira, que representou uma conjunção de interesses.

A Fundação Escola Bosque nasceu dessa confluência de interesses através da Lei Nº 7.747, de 02 de janeiro de 1995. A inauguração formal se deu em 26 de abril de 1996, ainda durante a gestão do então prefeito Hélio da Mota Gueiros e implantado na administração da Secretária Municipal de Educação à época, Therezinha Moraes Gueiros (Funbosque, 2016). Acompanharam todo o processo de criação, construção e inauguração diversos representantes do movimento popular da ilha de Caratateua, entre os quais podemos destacar o sociólogo Mariano Klautau, interlocutor direto junto ao prefeito, para a construção da instituição.

A FUNBOSQUE encontra-se localizada no bairro de São João do Outeiro, na ilha de Caratateua, Distrito Administrativo Regional de Outeiro, a 35 km do centro da cidade de Belém, capital do Estado do Pará. Possui uma área de 12 hectares, com vegetação secundária e construída dentro de um contexto arquitetônico integrado à natureza e elaborado por Dula Maria Bento de Lima e Milton José Pinheiro Monte (Funbosque, 2016).

A proposta de criação abarcou toda a educação básica, com destaque ao curso de ensino médio técnico em meio ambiente, que já passou por várias modalidades de oferta e, hoje, apresenta proposta de formação integrada em tempo integral. Além desta proposta, desde 2008, a instituição oferta, entre outros, o curso técnico em recurso pesqueiro, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, a partir da Pedagogia da Alternância, na Casa Escola da Pesca (CEPE), que faz parte da fundação, apesar de estar localizada no bairro de Itaiteua, na ilha de Caratateua, e atende à população ribeirinha das ilhas ao seu entorno, a concepção de formação forjada para instituição foi:

A ideia central é oferecer formação escolar baseada na interação com o ambiente amazônico, com aulas teórico-práticas construídas a partir da matéria prima que se encontra no próprio local, preparando o jovem para uma vida nestes espaços, ao invés de induzi-los a entrar no processo de urbanização que descaracteriza o estilo de vida ribeirinho (Freire, 2002, p. 243).

De acordo com essa ideia central, em 2022, a Prefeitura de Belém, em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica (SECTET), por meio da Funbosque, ofereceu, pela primeira vez, à comunidade da ilha da Caratateua, a graduação em Geoprocessamento, dentro do Programa Forma Pará.

Cabe informar que a Funbosque é a única instituição na ilha com oferta de curso técnico; os demais, são de ensino médio regular ou na modalidade EJA. Quanto a estes cursos técnicos que propõem a educação integral e integrada para os filhos

das classes trabalhadoras, serão necessários estudos futuros para identificar seu papel formativo, principalmente quanto à contribuição em favor da formação dos jovens da comunidade na atualidade.

No que se refere às políticas para o trabalho e educação, logo se evidencia a dicotomia na oferta de conhecimento, conforme corrobora Kuenzer (1991, p. 10): “Até então mantêm-se a separação entre ‘educação’ e ‘formação profissional’ como expressão da divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, através da existência de um sistema de ensino com dois ramos equivalentes [...]”. A partir desse princípio, os projetos educacionais desenvolvidos para a população da ilha de Caratateua estiveram e continuam intrinsecamente relacionados à formação para o trabalho, com base nos interesses políticos e econômicos ao longo de toda sua história.

Hoje a ilha de Caratateua pode ser considerada:

[...] periferia na Amazônia paraense, que constitui um processo de permanente pobreza e ausência de políticas públicas, similar ao que configura as periferias no restante do Brasil, salvaguardada sua diversidade geográfica, ambiental, étnica e cultural (Nogueira, 2018, p.1).

Nesse contexto, duas questões precisam ser consideradas: a primeira é que as condições atuais dos ilhéus apontam para ausência de políticas públicas efetivas, que atendam às necessidades da população, que atualmente está em torno de 80 mil habitantes³. Grande parte dos moradores reside em lugares insalubres, com ausência de saneamento básico, sem serviços públicos e bancários, com degradação ambiental e praias poluídas, entre outras questões.

A outra consideração aponta que, mesmo diante das contradições e conflitos promovidos pela expansão do capitalismo e da metrópole paraense, a população da ilha conseguiu manter as práticas culturais constituídas entre si. O avanço do sistema econômico globalizado promove perdas irreparáveis ao trabalhador subjugado e à sua cultura tradicional. Todavia, em Caratateua, o movimento de resistência, de alguma forma, conteve a perda das tradições. Seja por meio da fé católica, da Umbanda ou dos grupos culturais que ainda teimam em permanecer vivos e atuantes. De acordo com a tese de Souza (2010, p. 142),

Há uma rede de produção dos saberes que se interpenetram e que apresentam uma “desordem” no processo criativo – o lugar de recriação. Esse aspecto é relevante, se considerarmos a condição histórica de colonização, assim como os impactos da modernidade que acabou subjugando o fazer/pensar da cultura. A produção cultural em Caratateua se resguarda contra a violência cultural, quando produz uma cultura que realimenta a sua natureza híbrida e garante espaços no interior das

³ Esse dado carece de atualização já que o censo decenal do IBGE de 2022 ainda não foi publicado.

manifestações para desencadear uma consciência crítica sobre a realidade local.

Ainda ocorrem as festas de carnaval, como as escolas de samba da própria comunidade, com enredos que denunciam a ausência de direitos e exaltam as vivências do povo. Os cordões de pássaro revoam pelas ruas com representações de figuras europeias e amazônicas, que contam e recontam histórias, conforme as experiências das famílias se acumulam, e, assim, resistem ao tempo e ao sistema que teima em apagar as produções e representações do povo trabalhador.

Pode-se observar, através do trajeto histórico, que, apesar da resistência cultural, Caratateua, como ocorre nas periferias brasileiras, apresenta ações de governo que oferecem aos filhos do trabalhador a opção de cursos de nível médio, que visam principalmente à formação para o trabalho, e, mesmo afastada dos grandes centros, recebeu influência de políticas públicas que refletiam interesses internacionais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que o processo histórico de formação da ilha e do povo que ali vive passou por atravessamentos, contradições, tensões e conflitos, embasados pelo sistema capitalista vigente, a partir das políticas públicas desenvolvimentistas de cada época. A partir desse panorama, percebe-se a intrínseca relação da ocupação da ilha de Caratateua com o propósito de isolamento de crianças e jovens, por meio da proposta de educação para o trabalho.

O local, inicialmente utilizado para afastar os filhos dos trabalhadores despossuídos de direito à cidade, sustenta, na atualidade, políticas de educação dualista, principalmente a nível médio, que permeiam toda a educação brasileira. Portanto, Caratateua, como região periférica, está inserida nesse projeto de educação, que coloca cada um em seu lugar na sociedade.

Resta saber: os cursos ofertados pela Fundação Escola Bosque têm conseguido “furar a bolha” do sistema e ofertar uma formação omnilateral aos jovens da comunidade, que vá além de uma formação técnica para o trabalho e os capacite para uma inclusão social digna? Questão essa que necessita de estudos futuros.

REFERÊNCIAS

ALVES, D. J. **A filosofia no Ensino Médio**: ambiguidades e contradições na LDB. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

ARAUJO, R. M. de L. **Ensino médio brasileiro**: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2019.

BARBOSA, E. J. da S.; SANTO, C. M. do E.; SANTOS, V. C.; BRAGA, R. da C.; MORAES, S. F. **Percursos geográficos**: pesquisa e extensão no distrito de Outeiro, Belém-Pará (2008-2011): produção e apropriação da natureza na ilha de Caratateua, Belém (PA). Belém: GAPTA/UFPA, 2012.

BRASIL, Ministério da Agricultura. Decreto n. 12.893, de 28 de fevereiro de 1918. Autoriza o Ministério da Agricultura a criar patronatos agrícolas, para educação de menores desvalidos, nos postos zootécnicos, fazendas-modelo de criação, núcleos coloniais e outros estabelecimentos do Ministério. **Coleção das leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 99-100, 1919.

BUNKER, S. G. Modes of extraction, unequal Exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery: The Brazilian Amazon, 1600-1980. **The American Journal of Sociology**, Chicago, v. 89, n. 5, p. 1017-1064, mar. 1984. DOI: <https://doi.org/10.1086/227983>.

BELÉM. Lei ordinária nº 7747, de 02 de janeiro de 1995. Autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Referência em Educação Ambiental – Escola Bosque “Professor Eidorfe Moreira”, na Ilha de Caratateua [...]. Belém, 1995. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/semaj/app/Sistema/view_lei.php?lei=7747&ano=1995&tipo=1. Acesso em: 12 nov. 2022.

BELÉM. Caratateua. **Site Ver-Belém**, 2023. [recurso eletrônico]. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?p=190&i=1> Acesso em: 16 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 1 nov. 2022.

CARVALHO, M. A. A hospedaria de imigrantes do Outeiro em Belém do Pará: um mosaico em construção. In: SOUSA, Fernando de *et al.* (org.). **Portugal e as migrações da Europa do sul para a América do sul**. Porto: Cepese, 2014. p. 198-217.

CUNHA, L.A. **Política Educacional no Brasil**: a profissionalização no ensino médio. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

D’ANDREA, T. Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 19-36, jan./abr. 2020.

DAMASCENO, A.; SANTOS, E. **Trajetórias das Políticas educacionais e planejamento da educação no Brasil**. Belém: Ed. Estudos Amazônicos, 2018.

DERGAN, J. M. B. Fazendo história ambiental da paisagem insular da cidade de Belém no Percurso da Modernidade. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. 28., Florianópolis, 2015.

FREIRE, J. C. da S. **Juventude ribeirinha**: identidade e cotidiano. 2002. 264 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.

FRIGOTTO, G. **Educação e crise do capitalismo real**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000

FUNBOSQUE - Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira. **Projeto Político Pedagógico – PPP** Belém, PA: Prefeitura de Belém, 2016.

GOBERT, M. *In*; VAZ., L. G. D. Políticas Públicas. Revista nova Atenas de educação e tecnologia. **Revista eletrônica do departamento acadêmico de ciência, saúde, educação física e esportes – Biologia – Segurança do trabalho**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007.

GOMES, C. V. A. Ciclos econômicos do extrativismo na Amazônia na visão dos viajantes naturalistas. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 13, n. 1, p. 129-146, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/xf4Jt77zfhJf86QSvGTdSZK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 set. 2023.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES** [online], v. 21, n. 55, 2001.

IBGE. **Sinopse Estatística do Brasil 1971**. Belém: IBGE, 1971.

IBGE. **Sinopse do Censo demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/censo2010/apps/sinopse/index.php?dados=P9&uf=00>. Acesso em: 20 out. 2022.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos; 23).

KUENZER, A. Z. **Trabalho e educação no Brasil**: Estado em questão. Impressão. Brasília, DF: INEP; Santiago; REDUC, 1991.

LOUREIRO, A. F. B.; TOZONI-REIS, M. F. C. A. Teoria social crítica e pedagogia histórico-crítica: contribuições à educação ambiental. **Revista Eletrônica de Mestrado em Educação Ambiental**, edição especial, p. 68-82, 2016. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5960/3683>. Acesso em: 15 jul. 2023.

MOURA, S.; PAIVA, O. da C. **Hospedaria de imigrantes de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

MOLODTSOV, V. S. A dialética marxista e a conexão mútua e a interdependência dos fenômenos da natureza e da sociedade. *In*: **Materialismo Dialético**. Rio de Janeiro: Vitória, 1955. p. 46-90. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/materialismo/index.htm>. Acesso em: 23 abr. 2023.

MUNIZ, J. de P. **Imigração e Colonização**: História e Estatística 1616 - 1916. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 1916.

NOGUEIRA, C. Amazônia: uma periferia que ecoa da floresta paraense. Site da **Fundação Perseu Abramo**, 2018. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Amaz%C3%B4nia-uma-periferia-que-ecoa-da-floresta-1.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2023.

OLIVEIRA, M. R. P. **Formar Cidadãos úteis: os patronatos agrícolas e a infância pobre na Primeira República**. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2003.

OLIVEIRA, G. I. C., ROCHA, G. O. R. Transformando menores orphãos ou abandonados em feitores do campo, pomicultores, horticultores, jardinocultores, abegões e profissionais práticos nos diversos officios agrícolas: a criação do patronato agrícola no Pará republicano. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 103-123, out. 2011. ISSN: 1676-2584

OUTEIRO. *In*: **Dicionário Michaelis**. [s.l.], 2022. [recurso eletrônico]. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/outeiro>. Acesso em: 5 mar. 2023.

PINHEIRO, W. C. **Instituto Orfanológico do Outeiro**: assistência, proteção e educação de meninos órfãos e desvalidos em Belém do Pará (1903-1913) 227f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará, 2017.

RODRIGUES, R. L. Processo civilizatório, espaço público e educação escolar: contradições no contexto do capitalismo contemporâneo. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 6-7, n. 1-2, p.149-174, jan./dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18150>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, jan./abr. 2007.

SAVIANI, D. **A pedagogia no Brasil: história e teoria**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Autores Associados, 2019.

SILVA, J. M. P. da, SILVA, C. N. da, CHAGAS, C. A.N., BARBOSA, E. J. da S. **Percursos Geográficos**: pesquisa e extensão no Distrito de Outeiro, Belém-Pará (2008-2011). Belém: GAPTA/UFPA, 2012.

SILVA, Maria J. B. Ilha de Caratateua, Belém/PA: o núcleo modelo de ocupação e as formas de ocupação do espaço. **Revista Geosp**, n. 23, p. 85-90, 1998.

SOUZA, R. **Entre o rio e a rua**: cartografia de saberes artísticos-culturais da ilha de Caratateua, Belém Pará. Belém: EDUEPA, 2010.

VASCONCELOS, A. F. S., AMARAL, M. D. B. A produção do espaço urbano na Ilha de Caratateua, Belém-PA: conflitualidades, conjuntura habitacional e transformações recentes. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p.19140-19159, 2021.